**PROJETO DE LEI N° _____, DE 2004
(Do Sr. Deputado José Carlos Aleluia)**

Altera o art. 10 da Lei n.º 10.748,
de 22 de outubro de 2003

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 10 da Lei n.º 10.748, de 22 de outubro de 2003 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10. Para execução do PNPE, o Ministério do Trabalho e Emprego poderá firmar convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica somente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com instituições públicas de ensino e serviços sociais autônomos instituídos por lei.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto visa a compatibilizar a execução do Programa Nacional do Primeiro Emprego com a necessidade de dar-se maior infraestrutura e recursos para as instituições de ensino públicas e os serviços sociais autônomos instituídos por lei, através da celebração de convênios que tragam benefícios a estas entidades e, por conseguinte, a toda a sociedade.

O PNPE poderá valer-se não só das instalações dessas instituições de ensino públicas e dos serviços sociais autônomos instituídos por lei, como também de seu pessoal, principalmente, professores para a execução de programas que visem a capacitação do trabalhador. De outra parte esse

convênio traz para as instituições de ensino públicas e os serviços sociais autônomos instituídos por lei a injeção de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o que acarretará, inevitavelmente, em uma melhoria considerável de sua infraestrutura, como também de seu pessoal.

Há que se considerar, ainda, que a fiscalização dessas atividades ganha transparência, publicidade e eficiência, uma vez que dizem respeito a instituições de ensino públicas e serviços sociais autônomos instituídos por lei. De igual modo, resta vedada a celebração de convênios entre o PNPE e entidades privadas, organizações sem fins lucrativos e organismos internacionais que acabam por desviar os recursos do FAT e não cumprir os objetivos constantes do aludido convênio, que não são outro senão o da capacitação e atendimento do trabalhador com vistas à sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma forma eficaz que atende ao interesse público e extingue a possibilidade de escândalos como o que foi noticiado pela Revista Veja, Editora Abril, Edição nº1855, ano 37, nº21 de 24 de maio de 2004.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2004

José Carlos Aleluia
Líder do PFL